

# HABITAÇÃO POPULAR: AS EXPECTATIVAS DAS FAMÍLIAS EM RELAÇÃO A CONSTRUÇÃO E/OU REMOÇÃO DE SUAS MORADIAS NO BAIRRO DE CRUZ DAS ARMAS EM JOÃO PESSOA

SUELLEN REGINA FAGUNDES DE OLIVEIRA<sup>1</sup> – UFPB – [suellenfagundes7@hotmail.com](mailto:suellenfagundes7@hotmail.com)  
MARIA DE FÁTIMA MELO DO NASCIMENTO<sup>2</sup> – UFPB - [fatmelo@uol.com.br](mailto:fatmelo@uol.com.br)

## RESUMO

A experiência que apresentamos foi desenvolvida no Centro de Referência da Assistência Social no bairro de Cruz das Armas na cidade de João Pessoa/PB. Com famílias moradoras em áreas de risco: alvo de alagamentos e desabamentos em épocas de chuvas, uma área que apresenta condições insalubres de moradias, habitações de baixos padrões construtivos, além de contribuir para a degradação ambiental, por residir na margem da Lagoa Antônio Lins, com necessidades extremamente urgentes. O objetivo principal está centrado no Programa de Aceleração do Crescimento em relação à construção e/ou remoção dessas moradias e a participação das famílias neste processo principalmente considerando suas expectativas. A ausência de protagonismo por parte das famílias contribui para que a solução encontrada não seja a esperada pelas famílias principalmente no caso de remoção, haja vista que o seu local atual de moradia representa suas formas de sobrevivência e onde são mantidos vínculos de solidariedade e afetividade.

**Palavras – Chave:** Pobreza; Habitação; Risco; Urbanização.

## 1 INTRODUÇÃO

A habitação<sup>3</sup> adequada é fundamental à vida do ser humano, haja vista ser uma das necessidades básicas para a sua sobrevivência. A crise da moradia foi um problema que ficou visível no período da Revolução Industrial em todas as grandes cidades, quando o pólo econômico se desloca para a cidade, atraindo a massa populacional geralmente de origem rural. Essa fixação pela cidade, representa para os “novos” migrantes a esperança na admissão no mercado de trabalho. Entre os anos 1940 e 1950 marca-se o “boom” no crescimento urbano acelerado, com isso, provoca o surgimento de ambientes precários e insalubres, em face do descompasso entre a oferta e a procura por moradias e serviços urbanos ao alcance das classes populares. A favela é consequência desses desequilíbrios.

---

<sup>1</sup> Assistente Social pela UFPB e Colaboradora do Projeto de Extensão: O CRAS e o Programa de habitação popular no Bairro de Cruz das Armas na cidade de João Pessoa – PB pela UFPB.

<sup>2</sup> Professora Dr. <sup>a</sup> do Departamento de Serviço Social – UFPB e Coordenadora do Projeto de Extensão: O CRAS e o Programa de habitação popular no Bairro de Cruz das Armas na cidade de João Pessoa – PB pela UFPB.

<sup>3</sup> Ver VALLADARES, Lícia do Prado. Passa-se uma casa; SILVA, Iranise Alves. A crise da moradia, etc.

Falar de moradia, segundo Silva, enquanto mercadoria produzida diante da lógica capitalista significa ser um lugar de destaque no conjunto da reprodução socioeconômica, não apenas por ser uma parte do processo de reprodução e circulação, mas por ser também instrumento de reprodução dos agentes econômicos, como também um espaço de mais-valia e causal meio de controle do capital sobre o trabalho (SILVA, 1987).

A moradia além de ser um dos elementos essenciais que compõe as necessidades de consumo, que determinam o valor da força de trabalho, resgata um papel significativo no processo de reprodução da força de trabalho, à medida que distribui, concentra e dispersa os trabalhadores nos potenciais mercados de trabalho. Desta forma, é importante para o conjunto do sistema econômico, a produção de moradia. Haja vista, a construção civil absorver muita mão de obra não especializada juntamente com a escassez e a crise de moradia que provocam um estrangulamento como um todo no sistema habitacional, o valor da força de trabalho transforma-se em um parâmetro do ciclo de circulação que determina o volume do lucro e não apenas como um parâmetro do processo de produção que determina a taxa do lucro (idem).

Pretendemos neste estudo relatar a forma como foi desenvolvida a primeira fase do Programa - PAC nas margens da Lagoa Antônio Lins em relação à construção e/ou remoção de moradias em áreas de risco, assim como indagar como se dá o acesso às informações e a participação dos moradores na implantação do programa PAC<sup>4</sup> na área delimitada e identificar quais os critérios utilizados pelo Programa no caso da permanência e/ou remoção dos moradores na área citada.

Os primeiros contatos com este tema ocorreram durante o período do Estágio Supervisionado Curricular, no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, onde pudemos observar a demanda da população por moradia e as ações iniciais da Prefeitura Municipal junto a esses moradores para a execução do projeto de melhoria ou remoção de suas habitações.

Para conhecermos esta realidade participamos de vários encontros com os moradores da Lagoa Antônio Lins, inscritas no PAC com o apoio do CRAS do bairro de Cruz das Armas.

## **2 DESENVOLVIMENTO URBANO E A PROBLEMÁTICA HABITACIONAL**

A população brasileira passou de predominantemente rural para urbana em apenas cinco décadas, uma urbanização acelerada, mas sem a implementação de políticas indispensáveis para a inserção urbana digna da massa rural, que abandonou e continua a abandonar o meio rural, cuja estrutura contribui para a rápida evasão dessa população (Ministério das Cidades, 2004).

Nos últimos anos, reforça Diniz (1982), percebem-se altos índices de crescimento dos núcleos urbanos, causados, particularmente, pela consolidação e o desenvolvimento do capitalismo no país. Com os desequilíbrios setoriais e as disparidades regionais, característico do progresso do país, conduziu para que as cidades atraíssem contingentes migratórios crescentes, cujo resultado, foi à insuficiência de oferta de emprego e serviços

---

<sup>4</sup> Neste estudo abordamos as condições de habitação de moradores em áreas de risco, inseridos no Programa Aceleração de Crescimento – PAC do Governo Federal que objetiva propiciar moradia com habitabilidade para populações de condição socioeconômica precária e ao mesmo tempo estimular os setores produtivos e levar benefícios sociais para todas as regiões do país, tendo como eixos a infra-estrutura, a logística, energética e social-urbana, incluindo obras de saneamento e habitação, com empreendimentos de abrangência regional (PAC, 2007).

de infra-estrutura, em face da concentração populacional no espaço urbano. Merecendo, o espaço urbano, uma maior atenção.

Com isso, as cidades em virtude do crescimento populacional, que enfrentam, têm que aumentar na área de consumo social, como: transporte, água, esgoto, limpeza, iluminação, habitação, etc. de acordo com a demanda que é cada vez mais crescente. No entanto, muitas vezes essas cidades se mostram incapazes de acompanhar tal crescimento e acabam gerando déficits nesses serviços.

Então, o Estado investe em programas de reurbanização, tornando o solo urbano mais valorizado, afetando diretamente na questão habitacional, pois a população pobre residente no local, sem recursos para acompanhar tal crescimento acaba sendo expulsa dando lugar a outros que possuam renda superior. Fazendo-nos pensar que as políticas públicas desempenham um duplo papel: de um lado contribui para o crescimento urbano, o qual teoricamente deveria beneficiar todos os cidadãos, de outro expeli a população das áreas urbanizadas para outra que dificulta o seu acesso aos equipamentos urbanos, tendo que, posteriormente, gastar com transporte para os deslocamentos e fazendo-os perderem seus vínculos afetivos com os vizinhos e familiares. Isso contribui para reação contrária a remoção da favela.

O déficit habitacional pode ser atribuído, então, pela desigual distribuição de renda e, também, pelas condições específicas da comercialização e produção capitalista da moradia no Brasil, impondo um elevado preço a essa mercadoria (SILVA, 1987).

É importante destacar que a questão habitacional reflete uma determinação estrutural decorrente da história, a qual é marcada por três elementos básicos: o capital, a força de trabalho e o Estado. Nesse sentido concordamos com o que foi dito por Peruzzo ao citar Eva Blay no seu estudo que divide a habitação popular em quatro momentos históricos:

[...] no período escravocrata, a solução habitacional foi à senzala; na primeira etapa da industrialização, foi a construção de vilas operárias; em seguida instala-se um processo espontâneo de expansão urbana e, atualmente, a proposta é a construção de habitação em massa na forma de conjuntos habitacionais financiados pelo BNH (Banco Nacional de Habitação) (PERUZZO, 1984, p. 36).

Nesses quatro momentos, apresentados, percebe-se que a habitação tem sido usada para preservar e controlar a força de trabalho (PERUZZO, 1984).

A crise da moradia no Brasil, “está associada ao modelo capitalista concentrador e excludente, ou seja, a falta de habitações populares é conseqüência direta dos baixos salários, do desemprego e do subemprego massivo” (SILVA, 1987, p. 28).

Então, vale dizer que a habitação, constitui uma das necessidades humanas fundamentais, a qual está sendo utilizada pelo capital e pelo Estado para espoliar e controlar as classes subalternas e também sendo utilizada como uma mercadoria, em grande porte.

A habitação é um direito do cidadão<sup>5</sup>, que é reconhecida mediante Emenda Constitucional 26/2000, que inclui no artigo 6º da CF, o direito a moradia, “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (EC, 26/2000).

---

<sup>5</sup> A Declaração Universal dos Direitos do Homem, em seu artigo 25, prevê que todos têm o direito a um padrão de vida adequado para sua saúde e bem-estar e de sua família, incluindo a moradia.

## **2. 1 O Processo de “Favelização” e a Moradia em Área de Risco**

As favelas são definidas como habitações que “ocupam terrenos de propriedade alheia, dispostos de forma desordenada, densa e, carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais” (IBGE, 2000).

Segundo Burgos, “os habitantes das favelas não são vistos como possuidores de direitos, mas como almas necessitadas de uma pedagogia civilizatória” (1998, p.28). Tomando como exemplo São Paulo, as famílias se deslocam para a periferia, na esperança da casa própria, já que o preço pela terra urbanizada e dos imóveis estão mais de acordo com suas possibilidades. Isso, no entanto, gera “[...] mais gente nas favelas, muito mais tempo de viagem para bairros e municípios cada vez mais distantes” (BRANT, p.73).

Segundo Silva, o Estado ao intervir no mercado imobiliário visa alcançar, através das políticas públicas de habitação popular, vários objetivos:

[...] ora busca legitimação política, ora busca o controle social das classes subalternas, ora pretende promover a formação de uma força de trabalho cativa, ora visa á reprodução da força de trabalho e/ou à diminuição do seu valor. Muitas vezes pretende promover às classes populares acesso real aos direitos de cidadania. (1987)

As favelas têm se expandido em áreas destinadas aos equipamentos sociais e áreas de preservação, como: mananciais, várzeas, e encostas íngremes desmatadas do Brasil. Espaços que deveriam ser reservados para garantir as condições básicas de vida, ou seja, uma verdadeira agressão ambiental que tem como consequência: as enchentes, geradas pelo assoreamento dos córregos e rios e pela impermeabilização do solo, poluição do ar da água e desmatamentos das áreas verdes.

Brant, afirma que a questão ecológica:

Passa a revelar os limites da expansão desordenada da cidade. A destruição dos elementos essenciais á vida humana, como o ar, água, a vegetação, o solo, ameaça à própria sobrevivência de seus habitantes e aponta para a contradição entre as intervenções de agentes individuais que seguem sua própria lógica, e a necessidade de ordenação do espaço urbano em função dos interesses coletivos. (1989, p.74)

É sabido que o capital ao se expandir, gera uma população excedente, o qual possibilita o estabelecimento de baixos níveis de remuneração. Desta forma, essa população passa a ocupar áreas de habitação subnormais, como alternativas de sobrevivência, pois os seus salários não conseguem cobrir à moradia em áreas com uma boa infra-estrutura e equipamentos urbanos necessários a uma vida digna. Com isso fica explícito que a ocupação do espaço da cidade é desigual e é reflexo do próprio padrão desigual da distribuição da renda, que se deve ao Modelo Econômico Brasileiro, o chamado modelo neoliberal de desenvolvimento: a diminuição da presença do governo que tem como consequência a redução de investimentos sociais em educação, Saúde, Segurança, Moradia em face do pagamento das dívidas do governo, além de favorecer a iniciativa privada.

## **3 O BAIRRO DE CRUZ DAS ARMAS E O PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**

João Pessoa, capital da Paraíba é a terceira cidade mais antiga do país, com uma área de 10,45 Km<sup>2</sup> e uma população por volta de 683.280 habitantes (IBGE/2007), distribuídos em 64 bairros. Cruz das Armas, um dos mais antigos bairros da capital, aproximadamente 80 anos, encontra-se na região sul da cidade.

O bairro de Cruz das Armas possui aproximadamente 25.994 habitantes <sup>6</sup>, sendo 12.107 homens (47% da população) e 13.887 mulheres (53%), cuja população significa 4,3% em relação à população total de João Pessoa.

Apesar de contar hoje em dia, com uma infra-estrutura urbana invejável, e diversos equipamentos urbano-sociais, apresenta casas simples de alvenaria, muitas vezes conjugadas, de taipa, em que residem pessoas de baixo poder aquisitivo, demonstrando certa carência de equipamentos urbanos. Apesar de ser considerado privilegiado quanto aos equipamentos sociais é quase desprovido de área de lazer. O bairro apresenta vários contrastes, principalmente nas imediações do Rio Jaguaribe, como a presença de diversos problemas estruturais, tais como a falta de saneamento básico e de pavimentação de algumas ruas, os quais ocasionam a utilização de fossas rudimentares na maioria das residências ou a céu aberto. Dentre aos equipamentos urbanos apresenta o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS<sup>7</sup> (que oferta o Programa de Atenção Integral a Família – PAIF<sup>8</sup>), que não possui sede própria e atualmente está situada no Centro de Referência da Cidadania – CRC.

Ao adentrarmos no bairro, principalmente nas imediações do Rio Jaguaribe (um dos principais rios de João Pessoa, pois é dele que a água é retirada para abastecimento das casas) encontramos o Aglomerado Subnormal da Lagoa Antônio Lins, localizada na área posterior à Maternidade Frei Damião, considerado um espaço ocupado, em que quase todo o local, assim como o bairro todo é marcado por ladeiras e alguns lugares planos, o que possibilita alagamentos periódicos principalmente na “baixada” onde era Lagoa Antônio Lins, que há muito tempo atrás foi aterrada, uma parte, e posteriormente ocupada por várias construções como: os equipamentos de prestações de serviços estatais e municipais e aglomerados residenciais

### **3.1 O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e os Moradores da Lagoa Antônio Lins**

---

<sup>6</sup> IBGE, Contagem Populacional, 2007.

<sup>7</sup> O CRAS consiste no espaço físico público estatal, responsável pela oferta de serviços referentes à proteção social básica de assistência social às famílias, grupos e indivíduos em risco de vulnerabilidade social. É de natureza sócio-educativa, preventivo, o qual mantém a centralidade na família, assegurando direitos e propiciando autonomia. Desta forma, ele é visto como a “porta de entrada” dos usuários à rede de proteção social básica do SUAS. Neste espaço é ofertado Programa de Atenção Integral a Família – PAIF e também podem ser ofertados outros serviços, programas, projetos e benefícios ligados à proteção básica. Os serviços que não são diretamente prestados no CRAS são encaminhados para a rede de instituições que prestam os serviços necessários. Possibilitando o desenvolvimento de ações intersetoriais que visem sustentabilidade, de modo que rompa com o ciclo de reprodução do processo de exclusão social, ao longo das gerações, e evitando também que essas famílias tenham seus direitos violados, recaindo em situações de vulnerabilidade e riscos sociais.

<sup>8</sup> O PAIF é o principal programa de atenção básica disponibilizado pelo SUAS. Tem o objetivo de fortalecer o convívio familiar, comunitário e social e a ampliação da capacidade de proteção social e de prevenção de situações de risco no território de abrangência do CRAS. Oferecendo um serviço de escuta, informação e apoio familiar, cujo público alvo, é as famílias que em decorrência da pobreza estão vulneráveis, privadas de renda e do acesso a serviços públicos com vínculos afetivos frágeis, discriminadas por questões de gêneros, etnias, deficiência, idade, etc.

O PAC consiste em um conjunto de medidas destinadas a incentivar o investimento privado, aumentar o investimento público em infra-estrutura e remover obstáculos (burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos) ao crescimento.

Os investimentos do PAC destinam-se as seguintes áreas: logística (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias); energia (geração e transmissão de energia elétrica, petróleo e gás natural e combustível renovável) e infra-estrutura-social e urbana (saneamento, habitação, transporte urbano, Luz para Todos e recursos hídricos).

Para a habitação, o Programa de Aceleração do Crescimento vai destinar R\$ 106,3 bilhões entre 2007 a 2010 beneficiando quatro milhões de famílias. Desse total, R\$ 55,9 bilhões serão aplicados em programas e financiamentos para a compra da casa própria para famílias com renda de até cinco salários mínimos. Hoje no Brasil estima-se um déficit de 7,9 milhões de moradias para as famílias nesta faixa de renda.

Os recursos para habitação serão provenientes do Orçamento Geral da União, da Caixa Econômica Federal, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (bancos privados). (MDS, 2007).

Em busca de resultados mais rápidos, o governo optou por recuperar a infra-estrutura existente, concluir projetos em andamento e buscar novos projetos com forte potencial para gerar retorno econômico e social – além de estimular, decididamente, a sinergia entre estes projetos. [...] Também trará como resultado, melhores condições de moradias para quatro milhões de famílias, levará água e coleta de esgoto a 5 milhões de domicílios, proporcionará infra-estrutura hídrica para 23,8 milhões de pessoas e garantir a ampliação e construção de metrô em quatro cidades (MDS, 2007).

Para a urbanização de favelas foram definidas diretrizes para a seleção dos projetos, em que foi estabelecida conjuntamente com o Distrito Federal, representantes dos governos de 26 estados e de 184 municípios, objetivando a priorização dos recursos. Em que 12 regiões metropolitanas, as capitais e os municípios com mais de 150 mil habitantes, foram atendidos. Então foram levados em consideração:

Projetos de grande porte com impacto na articulação e integração do território; recuperação ambiental; eliminação de gargalos da infra-estrutura logística (ocupações em áreas de aeroportos, portos e ferrovias); prevenção/mitigação do impacto de grandes instalações de infra-estrutura nacional; complementação de obras já iniciadas (Ministério das Cidades, 2007).

### **3.1.1 O PAC em João Pessoa e no bairro de Cruz das Armas**

A prefeitura de João Pessoa, através dos recursos do PAC, desenvolve projetos que promoverá a urbanização dos Rios Jaguaribe e Sanhauá. No entanto, os investimentos nas áreas serão superiores ao do PAC, segundo o atual prefeito, Ricardo Coutinho, que são de R\$ 74 milhões, porque a prefeitura implantará equipamentos comunitários como complemento às obras de infra-estrutura social e urbana previstas no projeto. O prefeito declarou na imprensa e editado na internet, que:

A prefeitura está envidando esforços para dar continuidade aos serviços de urbanização desses dois grandes vales. O projeto não prevê só

urbanização. Significa moradia com habitabilidade, iluminação, lazer, educação, saúde, equilíbrio ambiental e acessibilidade. (PMJP, 2008)

Explicou que os recursos são limitados, e que tiveram que fazer uma escolha e considerar as áreas onde há necessidades mais urgentes de intervenções, que são Alto e Baixo Jaguaribe (idem). Na área de infra-estrutura urbana estão previstos: implantação de pavimentação, drenagem e esgotamento; retirada de habitações de risco e revitalização de área degradada e implantação de loteamentos com equipamentos comunitários, como escolas, creches, praças, quadras esportivas e postos de saúde. As áreas receberão investimentos em esgotamento sanitário (1.266 ligações domiciliares) e redes de abastecimento de água, iluminação pública (820 metros quadrados), recuperação de 32.600 metros quadrados de áreas degradadas e construção de 1.260 moradias que abrigarão 6.300 pessoas. O PAC do Jaguaribe beneficiará 62.655 famílias (192.511 pessoas).

Haja vista, a questão de a moradia ser uma das necessidades que mais preocupa os moradores da Lagoa Antônio Lins, no bairro, por se tratar de uma área de risco como já foi dito anteriormente (alvo de alagamentos e desabamentos em épocas de chuvas; apresentar condições insalubres de moradias; ocupar habitações de baixo padrão construtivo; e ainda por contribuir para a degradação ambiental, por residir na margem da Lagoa, enfim, um local com necessidades extremamente urgentes). Culminou numa maior atenção por parte do Estado, para que interviesse não apenas em infra-estrutura e em urbanização, mas também que contemplasse moradias com habitabilidade, iluminação, lazer, educação, saúde, equilíbrio ambiental e acessibilidade, as quais estão inseridas em uma das propostas do PAC, o PAC Jaguaribe.

Em torno dessa realidade, procuramos conhecer como se dá o acesso às informações e a participação dos moradores na implantação do programa PAC no local delimitado; e ao mesmo tempo abordar quais são as expectativas da população em relação ao programa- PAC.

#### **4. CARACTERÍSTICAS DAS FAMÍLIAS**

##### **4.1 Perfil dos Entrevistados**

Os responsáveis pelas famílias, referenciadas pelo CRAS, em sua maioria é composto por mulheres, com perfil definido pelo PAIF<sup>9</sup>. Portanto, 70% deles são do sexo feminino, apenas 10% foi respondido pelo homem, pois sua esposa havia falecido, os outros restantes foram respondidos pelos dois cônjuges. Resultado que era de se esperar, já que o público alvo preferencial para o MDS do benefício do Programa Bolsa Família, é a mulher como responsável pela família.

Na ocasião da entrevista 20% das mulheres não tinham companheiro, moravam com os filhos e netos. Entre estas famílias duas residiam juntas, esperando fazer uma “puxadinha” atrás de sua casa atual. Em 70% das residências encontravam-se de três a cinco membros, em 20% mais de seis. Os adultos entre 19 e 59 foram à maioria com 36% e as crianças de 7 a 13 anos ficaram com 33%.

A maioria dos moradores é de João Pessoa ou vêm de outros municípios ou outros bairros desta cidade. Aqueles que resolveram sair, de seus municípios, muitas vezes

---

<sup>9</sup> Ver PAIF – “famílias que em decorrência da pobreza estão vulneráveis, privadas de renda e do acesso a serviços públicos com vínculos afetivos frágeis, discriminadas por questões de gêneros, etnias, deficiência, idade, etc.” (MDS/2005).

pequenos, vieram, sobretudo, pela procura de emprego como motivo principal e também pela sua exclusão na vida econômica dos seus municípios, ou até mesmo bairros.

Em relação ao local de nascimento, 60% dos entrevistados são naturais de João Pessoa, o restante dividiu-se entre o interior do estado e de Pernambuco, 20% cada.

## **4.2 O grau de instrução dos entrevistados**

Na Lagoa Antônio Lins, 50% dos moradores entrevistados consideram-se analfabetos, 40% sabem ler e escrever, os 10% restantes não concluíram o ensino fundamental. É importante salientar que esses dados se referem aos “chefes das famílias”, ou aqueles que se dispõem a dar entrevista. No entanto, os seus filhos estão na escola, o que já mostra certo desejo de proporcionar um melhor futuro para eles, embora em suas falas esteja presente certo descrédito, pois mesmo na escola, não conseguem sequer aprender a escrever ou ler, além de ser uma das condicionalidades do PBF, ter a criança na escola, exigindo sua frequência, isso pode gerar certa retenção do aluno na escola, por causa da “bolsa”.

Diante dessa baixa escolaridade, a maioria dos entrevistados está inserida em ocupações não qualificadas do setor informal. É o que podemos no item seguinte.

## **4.3 Situação no mercado de trabalho**

Consideramos aqui todos os membros da família que residem na mesma casa, ou seja, os responsáveis e aqueles já com idade ativa no mercado de trabalho, totalizando 21 responsáveis em 10 famílias. Como podemos verificar 56% das famílias entrevistadas estão no setor informal, sobrevivendo de “bicos” e trabalhos temporários; 29% estão desempregados; 10% são aposentados/ pensionistas e apenas 5% do total está no mercado de trabalho formal.

O espaço nos aglomerados subnormais mostra uma realidade, cujos habitantes estão vinculados ao trabalho temporário, ao subemprego, ao desemprego, ou apenas ocupações eventuais.

Segundo Castel<sup>10</sup>, o trabalho é o principal fundamento da cidadania tanto econômica como social histórica. É através do trabalho que ocorre, na produção social, a participação de cada um. É na produção social, que se constroem os direitos e deveres sociais. No entanto, essa construção está em crise pela falta de “trabalho” o que torna o futuro imprevisível. (CASTEL apud FAC 1998)

Em virtude do alto índice de desemprego, o trabalho autônomo, auto-ocupação, trabalho informal e eventual, ocupam uma parcela significativa da população, o que faz parte da estratégia de sobrevivência da população pesquisada.

Dentre as famílias entrevistadas, percebemos que existem 14 pessoas trabalhando ativamente no mercado de trabalho, ou seja, são remunerados pelo seu trabalho, seja ele informal ou não. Dessas 14 pessoas, temos 44% trabalhando como catadores de materiais aproveitáveis, 21% como domésticas, e o restante dividindo-se entre encanador, descarregador de caminhão na feira de Oitizeiro, auxiliar de serviços gerais, feirante e construtor em uma empresa de lajes, esses com 7% cada.

## **4.4 Renda familiar dos moradores da Lagoa**

---

<sup>10</sup> CASTEL, R. Les Métamorphoses de la Question Sociale. Une Chronique du Salarial. Paris, Fayard. 1995, p.471,472 e 474.



Como conseqüência do baixo nível de escolaridade e da inserção informal no mercado de trabalho, como demonstra o gráfico abaixo, a maioria não possui uma renda fixa, apenas um membro de uma família, ou seja, 10% estão empregados no mercado formal, no entanto, o total que a família ganha não ultrapassa a dois salários mínimos. Vemos também que 40% dos entrevistados ganham de  $\frac{1}{4}$  até  $\frac{1}{2}$  do salário mínimo, cujo valor vigente até então era de R\$ 415,00, 30% ganham de  $\frac{1}{2}$  a um salário e os outros 20% não possuem nenhum rendimento como remuneração de trabalho. Os dados obtidos não consideraram nenhum auxílio de Programas de Transferência de renda e do Benefício de Prestação Continuada, já que esses dados não são considerados como renda de acordo com o Cadastro Único das famílias referenciadas no CRAS.

Assim, no decorrer da entrevista percebemos que 70% dos entrevistados são beneficiários de algum programa do governo federal, como o Programa Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o Agente Jovem (em que havia bolsa para o jovem inserido no programa), o Pão e Leite e o Benefício de Prestação Continuada, para os idosos e pessoas portadoras de deficiência. Além desses que recebem benefício do governo, existem famílias que sobrevivem apenas da ajuda de seus familiares, sem receber benefício nenhum (10%), assim como 30% dos casos, em que as famílias não dependem de ninguém, nem de ajudas familiares nem mesmo do governo. Dentre esses casos, pudemos observar que um casal de idosos, está em atividade, trabalhando como catadores de lixo, sem receber qualquer tipo de aposentadoria. Vejamos o gráfico abaixo.

Em relação às despesas mensais das famílias, observamos mediante dos dados, que estes ficam em torno das despesas com, água, luzes, medicamentos, transporte, gás de cozinha e principalmente com alimentação, limitando-se a família de gastar com lazer e outros consumos como vestuários. Para diminuir esses gastos, várias famílias usam as “gambiarras” para tornar os preços baixos, gastos com água e luz. Destaca-se um dos casos, em que a entrevistada tinha despesa com um empréstimo que fez para a melhoria de sua casa.

#### **4.5 As condições de saúde**

Na questão saúde, houve casos em que a entrevistada relatou que a busca em Postos de Saúde e gastos com medicamentos seria por causa da “lagoinha”, pois ocorre geralmente a incidência de verminoses, desnutrição, diarreia e as doenças de pele que são resultados provocados pelas condições sócio-econômicas e as ambientais, que leva a um quadro grave de morbidez que afeta principalmente as crianças. Desta forma, uma suposta solução seria, necessário um trabalho de educação ambiental acompanhando todo o processo de saneamento, recolhimento do lixo, etc. Afirma uma das moradoras: “A maior dificuldade está na saúde, que a família toda sofre em face das condições de habitação, uma vez que entra água da lagoa em casa”.

#### **4.6 A habitação na Lagoa Antônio Lins**

As habitações na Lagoa Antônio Lins são muito precárias em relação à infraestrutura (esgoto sanitário, vias de acesso e iluminação pública). Os terrenos ocupados pela população pertencem a Prefeitura, mas alguns já foram repassados, “vendidos”, aos atuais moradores atraídos por familiares ou amigos que habitam no local.

As casas são feitas de tijolo, mas ainda é muito forte a presença delas com material reaproveitado ou taipa, elas têm cobertura de telha, madeira ou lona. A média por

habitação é em torno de cinco cômodos. O esgoto corre em valas a céu aberto, desembocando na Lagoa Antônio Lins.

No que se refere à rede elétrica, em 60% das casas as ligações são clandestinas, com gambiarras. É importante destacar o risco que isto acarreta contra a vida de seus habitantes. Entre essas ligações existem as “gambiarras” feitas com a permissão do fornecedor (morador-vizinho) da energia cuja conta é dividida no final de cada mês.

Sobre o tempo de moradia dos entrevistados no atual local, percebeu-se que 40% dos entrevistados, residem em média há cinco anos e outros 40% por volta de 17 a 22 anos atrás, às margens da Lagoa.

#### **4.7 O que pensam os moradores da Lagoa Antônio Lins**

Na análise a seguir indicaremos através dos depoimentos dos moradores da Lagoa Antônio Lins, seus sentimentos em relação à vizinhança, ao bairro, ao local da moradia e sobre as condições de trabalho no entorno do bairro. Assim como seu conhecimento a respeito do PAC.

##### *Origens e sentimentos em relação com o local*

*Ana* - Nasceu em João Pessoa, tem 34 anos, reside neste local, doado por uma vizinha há 20 anos. Ela não sabe ler, apenas escreve o próprio nome, é casada mora com um irmão e um sobrinho. Trabalha como diarista e recebe Bolsa Família. A habitação é de tijolo, construída com seus esforços. Quando chove muito, ela se muda para a Rua dos Palmares (que fica no mesmo bairro). Pretende se mudar do local atual, pois gostaria de ir para uma casa “boa”, que não ficasse alagada. Em épocas de chuvas, sua casa fica bastante alagada, pois a Lagoa fica no fundo do seu quintal. No entanto, “é bom viver nessa comunidade”, pois é bem acessível quanto aos equipamentos sociais. Gosta de morar na comunidade referida, pois tudo é perto, não precisam gastar com transporte, é perto dos postos de saúde, da maternidade, das escolas, de delegacia, do CRAS, enfim, de tudo e não pretende morar em outro local. “Morar aqui é estar perto dos vizinhos, com quem convivemos há tanto tempo, além de ser mais fácil para trabalhar, já que conhecemos muita gente”. Espera que não retire sua casa, pois quer permanecer no mesmo local.

*Flávia* - Nasceu em João Pessoa e tem 25 anos. Vive com o esposo e o filho de nove anos, ela sabe ler e escrever, trabalha como diarista, recebe o Benefício de Prestação Continuada e sua habitação é de tijolo. Antes de vir mora em Cruz das Armas, bairro que reside há três anos, por incentivo de sua mãe que já estava na comunidade e lhe doou o terreno, vivia no Cristo. Mas saiu porque pagava aluguel e já estava com muitas despesas. Gostaria que o Programa retirasse a população para outro local, porém não queria ficar separada de seus vizinhos. Afirma gostar muito de morar na lagoinha, porque se trata de um local calmo e perto de tudo: comércio, maternidade, às vezes não precisa pegar ônibus, entre outros.

*Paulo* – Tem 44 anos, nasceu em João Pessoa, sabe ler e escrever, é beneficiário do Programa Bolsa Família e do PETI. Residiu no Rio de Janeiro e há 26 anos vive no atual local com seus cinco filhos. Resolveu voltar para a Paraíba por causa da violência. Antes de vir morar em Cruz das Armas, residiu na Ilha do Bispo, Torre, Rangel e diz ter um terreno no Geisel, mas não gostaria de ir para lá (Geisel). Veio por conta própria para comunidade, ninguém o incentivou. Embora o local tenha sido invadido anos atrás, ele

pagou pelo terreno. Não gostaria de se mudar. Afirma que é um bairro calmo, bom, perto de tudo, inclusive do seu trabalho, o qual sempre foi cantando lixo.

*Maria* – Nasceu em João Pessoa, tem 43 anos. Sabe ler e escrever, ela cursou até a 7ª série, seu marido é analfabeto. Antes de vir morar em Cruz das Armas há cinco anos, ela morou no Cristo. Mudou-se para a Lagoa por influência do seu marido. Ela não gostaria de voltar para o seu local de origem, nem para outra área, “[...] nem se fosse para voltar para o meu antigo bairro, porque aqui é perto de tudo e também fica perto do Cristo onde está a minha família [...] o comércio, o trabalho, trabalhamos com reciclagem, eu e meu marido, e também à maternidade...”. Ela é beneficiária do Programa Bolsa Família e do Programa Pão e Leite.

*Rosa* – Natural de Sapé, veio morar em João Pessoa, no bairro de Cruz das Armas onde residia seu avô, estava na época com 14 ou 15 anos de idade, hoje ela tem 64 anos. É analfabeta, sabe apenas escrever o próprio nome, vive com seu marido que também é analfabeto. Trabalhava como babá, copeira, serviços domésticos. Casou e veio para a lagoinha, há mais ou menos cinco ou dez anos. Antes morava na casa da frente, mas o dono cedeu o terreno, que fica por trás. O casal trabalha com reciclagem e não recebe nenhum benefício. Não gostaria de se mudar, pois não tem mais condições de trabalhar em outra área. Relata que está muito acostumada com o local, “que se for para sair é porque não tem outro jeito, já que o local é uma área de risco, mas na verdade não gostaria de sair não”.

*Raimunda* – Natural de João Pessoa, tem 30 anos. Mora em Cruz das Armas, há três anos. Sabe ler e escrever, vive com seu marido e cinco filhos. Ele [o marido] trabalha na feira de Oitizeiro, descarregando caminhão. Ela é beneficiária do Programa Bolsa Família e do Pão e Leite. Antes de vir para a lagoinha, morava na Rua do Rio (também Cruz das Armas), em uma vila, em que pagava aluguel, mas o local estava em péssimas condições e o dono pediu que saíssem da casa. Um vizinho indicou um local “barato” para morar, a lagoinha, que na época, a casa custou “dois mil”. Sua sogra comprou um terreno (através de empréstimo, ela é aposentada) e cedeu-lhe uma parte. No início tiveram a experiência de morarem todos juntos, mas por alguns conflitos familiares, se separaram. Gostaria de sair do atual local, por causa do mau cheiro, dos insetos, das inundações e das doenças de pele, suas crianças sempre estão com escabiose. A sua casa é construída com material reaproveitado, sem piso, coberto com lona. Esperam uma resposta da prefeitura para ganhar uma casa em outro local, pois não tem condições de pagar aluguel.

*Tânia* – Natural de Camutanga, estado de Pernambuco, tem 73 anos é analfabeta, vive com sua filha deficiente e dois netos, mora há 57 anos em João Pessoa. Morava na Rua do Rio (também em Cruz das Armas), antes de residir na lagoinha, bairro onde vive há quatro anos. Resolveu se mudar para não pagar aluguel “o terreno na lagoinha era barato”. Ninguém da família trabalha, ela é aposentada. Não quer se mudar, pois gosta muito desse local, diz que foi Deus que lhe deu, foi um sonho realizado, pois “sempre sonhei em ter uma casa um dia”. No entanto, “se o governo der outra, eu vou, mas não tenho esperança que isso aconteça, aqui é sossegado, muito calmo”.

*Ursulla* – Natural de João Pessoa, tem 39 anos, sempre morou na lagoinha, com sua mãe, mas constituiu família e resolveu sair para uma casa ao lado. Sabe escrever apenas o nome e vive com três filhas. Não trabalha é beneficiária do Programa Bolsa Família, Pão e

Leite e Agente Jovem e também recebe ajuda da sua mãe que mora ao lado. Não gosta do bairro e nem da lagoinha. Se tivesse condições moraria em outro lugar, “em que pudesse ter paz e sossego”, no entanto, afirma que todos os lugares são assim, “não sabe aonde pode encontrar paz”.

*Vânia* – Natural de João Pessoa, tem 67 anos e é analfabeta. Vive com seu marido também idoso e com dois filhos menores. Sobrevive da reciclagem, do Benefício de Prestação Continuada e da ajuda de sua família. O seu marido é de Santa Rita e veio morar aqui faz 19 anos. Ele resolveu morar na lagoinha por que não podia mais pagar aluguel e por que ela já morava no local. Não pretende se mudar, pois fica perto do trabalho do seu marido, e é melhor para guardar o seu material. “Adoro o bairro, nasci e me criei neste local”.

*Waldo* - Natural de Recife, tem 25 anos, mas veio para João Pessoa com seis anos de idade. Morava na casa de uma família, mas sua mãe tinha esse terreno e o cedeu, hoje vive com a companheira (estão juntos há nove meses) que também é de Recife. Junto com eles moram um irmão com esposa e filho. Todos são alfabetizados. Ele trabalha no setor informal, juntamente com sua mulher. O seu irmão é assalariado. Afirma que a comunidade “é bastante tranqüila e gosta do local porque é perto do local dos ‘bicos’”.

Podemos perceber através de depoimentos que a maioria dos entrevistados não desejaria se mudar. A proximidade do seu “ganha pão”, pois a maioria são catadores de papel e a facilidade de acesso aos equipamentos urbanos, além da questão afetiva, os prende no local. Residem na vizinhança seus parentes e um ciclo vasto de amizades que se traduz em solidariedades recíprocas.

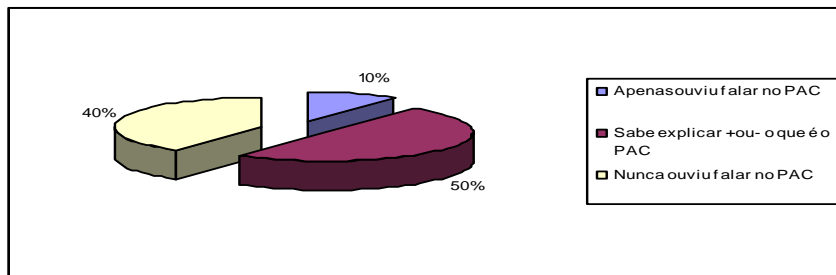
“O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana e uma das mais difíceis de definir. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro” (WEIL, 1996, p. 411).

Portanto, cortar os vínculos afetivos com o local de residência “quebra” uma rede de relações que o homem precisa para dar sentido a sua vida.

#### **4.8 O PAC e as famílias moradoras da Lagoa Antônio Lins**

Com o gráfico abaixo podemos perceber que 50% dos entrevistados têm noção, mesmo que superficialmente, sobre o que seja o PAC, 10% afirmou que não sabe o que é, mas já ouviu falar, e os outros 40% não sabem e nunca ouviram falar nesse “termo”.

Gráfico 1 Conhecimento dos entrevistados sobre o PAC, em percentual.  
João Pessoa – PB, 2008.



Fonte: Primária

### *O Programa de Aceleração do Crescimento e a opinião dos entrevistados*

*Ana* afirmou inicialmente que não sabia o que significava PAC, “nunca ouvi falar”. Mas, no decorrer da entrevista ela disse que “era o programa que colocou umas plaquinhas<sup>11</sup> nas portas para ajudar as pessoas”. Ela espera que este programa não retire as casas do local onde estão. Gostaria que houvesse uma melhoria no local, “não se importa com a estrutura, o nível da casa, poderia ser até um vão, mas que não retirasse do local”. Sobre a possível relocação, “[...] diz que se não tivesse outro jeito e fosse à única solução, concordaria já que seria o bem para todos”.

*Flávia*, já ouviu falar do PAC, mas não sabe explicar. Relatou que quando os funcionários da prefeitura colocaram as placas, falaram que era para resolver os problemas da moradia. Espera que esse programa retire essas casas e construa outras em um local perto, pois não gostaria de ir para um local longe e até mesmo violento juntamente com pessoas estranhas, já que está acostumada com a vizinhança.

*Paulo*, já ouviu falar no PAC. Relatou que se trata do “[...] órgão que colocou as plaquinhas nas casas”. Espera que o PAC beneficie as pessoas para ficar com o terreno e construir as casas no mesmo local. Por outro lado, acredita que na realidade vai retirar as pessoas para bem longe e caso isso aconteça, ele diz que colocaria a placa de venda, pois:

[...] eles colocam as pessoas para lugares distantes dos seus trabalhos e não dão emprego. Desta forma, como iremos sobreviver? O governo dá emprego àquelas pessoas que já tem seu emprego, que não precisam mais. Tem gente com quatro trabalhos, que só faz marcar o ponto, enquanto nós lutamos por um (2008).

Ele comentou que “mandaram” alguns moradores de vários locais de João Pessoa para o Colinas do Sul<sup>12</sup>, no entanto, “[...] o povo estava vendendo as casas por que ficava longe de seus trabalhos, dificultando a única forma de sustento da família, o conjunto é praticamente fora de João Pessoa [...]”.

*Maria* – Já ouviu falar no PAC, “se trata do negócio das casas né? Ah, eu espero que não nos retire daqui”. Afirma que se chegarem a derrubar as casas, que construam no mesmo local, em face dos vínculos comunitários e familiares, pois “já estou acostumada com a vizinhança, além de ficar perto do trabalho”. A moradora diz que alguns falam não

<sup>11</sup> Plaquinha e placa (numeradas) são colocadas nas residências para identificar as moradias em situação de risco.

<sup>12</sup> Conjunto Habitacional Gervásio Maia

querer continuar neste local, mas isso ocorre pela situação de suas casas que são bem piores e deterioradas, “mas se fosse construída por aqui mesmo era bom para todo mundo”.

Rosa disse que “[...] nunca ouvi falar nesse tal de PAC”. Mas no decorrer da entrevista ela comentou que seria melhor que “[...] aterrasse o local e construísse as casas aqui mesmo, alguns vizinhos falaram que se eles forem para outro local, que seja distante, não irão, vão colocar a placa de venda em suas casas [...]”. No entanto, acrescentou que, “se não houver outra forma, não posso fazer nada além do que aceitar, mas adoraria continuar no bairro”.

Raimunda, diferente do que afirmou Rosa já ouviu falar no programa, “[...] a moça explicou que era para retirar as pessoas do local”. Ela espera que o programa retire a população do local, “[...] só saindo de dentro dessa casa, seria melhor”. Afirma que se for para outro local, ficaria distante do trabalho, no entanto, seria melhor sair, mas não para tão longe. A vizinhança, segundo ela, “diz que não quer sair (da lagoa), isso ocorre por causa das suas casas, que são de tijolos e não são tão prejudicados quanto a minha”.

Tânia falou que não sabe do que se trata o PAC. “[...] Depois que você me explicou, acho que vai retirar, mas se desse uma melhorada no local seria bom, também”. Se for o caso de retirar, espera que não seja para um lugar longe e perigoso, pois ela mora sozinha com seus netos ainda menores e uma filha deficiente. Deseja que o Programa, “ajeite o local”, pois não queria ir para lugares longe e violento.

Ursulla já ouviu falar no PAC, mas não sabe explicar. Mas no decorrer da entrevista, ela mencionou que “[...] espera que aterre o local e façam as casas aqui mesmo, digo isso pela minha mãe, que gosta de morar aqui, mas se for o caso, eu saio. Se fosse por mim, queria ter um local fixo para morar, sem proximidades com o rio”.

Vânia já ouviu falar no PAC, mas não sabe explicar. Ela espera que “permaneça aqui”, pois tem certo receio quanto à distância, “se ficar longe”. Se fosse o caso da retirada da população que “fosse para um canto bom e perto”.

Waldo nunca ouviu falar no PAC. Mas no decorrer da entrevista, comentou que “se fosse o caso ter que retirar que fosse para perto, em Cruz das Armas mesmo”, no entanto ela acredita que a casa dele não será atingida “[...] pois não chega a inundar tanto, [...] se fosse retirar para Colinas do Sul, não gostaria, pois lá é perigoso”.

A maioria dos depoimentos sugere que os entrevistados não têm compreensão sobre o que sejam de fato o PAC, seus objetivos, abrangência, e quais os benefícios relacionados à habitação. As condições materiais de vida e a luta diária pela sobrevivência se opõem, contraditoriamente, a uma tomada de consciência coletiva sobre seus direitos.

É visível o conflito vivenciado por esses moradores, pois a relocação de suas casas para outra área implica numa verdadeira mudança para suas vidas e esse receio pelo inesperado provoca incertezas, com isso esses moradores ficam em dúvida se preferem trocar o “risco” de continuar numa área precarizada por um outro “risco” de não saberem o que vão encontrar num outro local com pessoas diferentes.

Percebemos que “morar” é um dos desejos prioritário para esta população da Lagoinha, já que se trata de uma questão preferencial para a existência humana. Trata-se de uma necessidade que não pode ser fragmentada. As soluções para os problemas como

trabalho, moradia e outros fatores da expressão da questão social, são os maiores desejos da população pesquisada. Essas expressões da questão social envolvem: a preocupação com a segurança, a fome, a existência de mais creches, uma rede de água e esgoto e ruas pavimentadas.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O viver na lagoa Antonio Lins representa, antes de tudo, para seus moradores a luta pela sobrevivência. As condições materiais de vida dessa população são tão precárias que as impede de uma tomada de consciência sobre os seus direitos de habitar com dignidade. Habitar em áreas sujeita a alagamento implica numa vida permanentemente insegura, é um tipo de moradia das menos qualificadas e precárias, no entanto, os moradores em suas falas expressam certo receio em relação à mudança de local de residência. O fato de estar próximo a sua fonte de subsistência, de conhecerem uns aos outros e as relações de solidariedade construídas são fatores que tornam mais difícil a sua retirada. Com o tempo os que ocupam ilegalmente os terrenos tornam-se ou sentem-se quase seus proprietários

De maneira genérica, a moradia tem a função de abrigo, sob as formas mais variadas de alojamento. O barraco, o quarto cedido ou a casa própria, significa para esses moradores a “estabilidade” por um lado, de não precisarem pagar aluguel, mas de outro, essa “estabilidade” está ameaçada pelas condições de moradias que habitam, as quais são de extrema precariedade.

Em torno dessa realidade, procuramos abordar as expectativas da população em relação ao programa, PAC: a sua retirada ou permanência no local onde residem; como se dá o acesso às informações e a participação dos moradores na implantação do programa PAC.

De acordo com os dados obtidos na pesquisa vimos que 70% das famílias entrevistadas manifestaram que não gostariam de se mudar, pois mantêm vínculos afetivos e comunitários muito fortes, além de possuir uma relação com o seu trabalho, que na maioria é informal e precarizado.

Sobre o tempo de moradia, 40% dos entrevistados, residem em média cinco anos e outros 40% mais de dezessete anos no local, às margens da Lagoa. Isso justifica a negação dos moradores em relação à retirada, no decorrer do tempo habitado, além de nos fazer cogitar sobre a desigualdade social estrutural.

Essas famílias pertencentes a um contexto em que a miséria é marcante e a falta de oportunidades de vida digna é limitada, restringem suas possibilidades de exercerem seu papel de protagonista, contribuindo para as condições de vida em situação de risco.

A habitação é um direito humano básico, logo é dever do Estado proporcionar as condições adequadas para a plena afirmação desse direito fundamental. Ela uma das necessidades que mais preocupa os moradores dessa região, em face às condições de risco sofridas por residirem às margens da Lagoa Antônio Lins: alagamentos, desabamentos em épocas de chuvas, a insalubridade na moradia, a ocupação de baixo padrão construtivo e a degradação ambiental.

É perceptível que a demanda por habitação é crescente, em virtude de um contexto de injustiça e desigualdade social. Dessa forma, a garantia do direito à moradia digna deve proporcionar o resgate da dignidade das famílias que vivem em local que coloca em risco a sua vida.

## **Referências**

BRANT, Vinícius Caldeira (Coordenador). *São Paulo: Trabalhar e Viver*. São Paulo Comissão Justiça e Paz/ Brasiliense, 1989.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. *Programa de Aceleração do Crescimento*. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/pac/>> Acesso em: 03 de Jun de 2008.

BRASIL. PAC: Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Governo vai investir R\$ 106 bi em habitação até 2010. *Em questão*. Brasília, nº 602b, 7 de Fevereiro de 2008. Disponível em: <[http://www.brasil.gov.br/noticias/em\\_questao/.questao/eq602b/](http://www.brasil.gov.br/noticias/em_questao/.questao/eq602b/)> Acesso em: 26 de Fev. de 2009.

BRASIL. PAC: *Conheça o PAC*. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/pac/conheca/>> Acesso em: 26 de Fev. de 2009

BRASIL. Editado pela Subsecretaria de Comunicação Institucional da Secretaria-Geral da Presidência da República. PAC prevê R\$ 503,9 bilhões em investimentos em infraestrutura nos próximos quatro anos. *Em Questão*. Nº 470 - Brasília, 22 de janeiro de 2007. Disponível em: <[http://www.brasil.gov.br/noticias/em\\_questao/.questao/EQ470](http://www.brasil.gov.br/noticias/em_questao/.questao/EQ470)> Acesso em: 26 de Fev. de 2009.

BRASIL. *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome*. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/>> Acesso em: 03 de Jun de 2008

Secretaria do Trabalho e Ação Social; Fundação de Ação Comunitária - FAC. *Aglomerados subnormais nos municípios de João Pessoa, Cabedelo, Bayeux, Santa Rita e seu potencial de trabalho e renda : diagnóstico e sugestões / Fundação de Ação Comunitária - FAC.- João Pessoa: [s.n.], 1998.*

BURGOS, Marcelo Baumann. Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro: As Políticas Públicas nas Favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, A.; ALVITO, M (Org.). *Um Século de Favela*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. \_\_\_.

CRAS/ CRUZ DAS ARMAS. *Relatório Anual*. João Pessoa, 2007.

DINIZ, Eli (org). *Políticas Públicas para Áreas Urbanas: Dilemas e Alternativas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. p. 7-22

IBGE. *Subsídios para o estudo da evolução política: Minha cidade, meu bairro*. Censo 2000. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em 20 fev. 2008.

MCIDADES – MINISTÉRIO DAS CIDADES/GOVERNO FEDERAL. *Política de Desenvolvimento Urbano*. V 1. 2004. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/>> Acesso em: 06 de Nov. de 2008



\_\_\_\_\_ – MINISTÉRIO DAS CIDADES/GOVERNO FEDERAL. *Política Nacional de Habitação*. V. 4. 2004. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/>> Acesso em: 06 de Nov. de 2008

\_\_\_\_\_ - MINISTÉRIO DAS CIDADES/GOVERNO FEDERAL. *PAC – Urbanização de Favelas*. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao/pac>> Acesso em: 15 de Mar de 2009.

PERUZZO, Silvo. *Habitação: Controle e Espoliação*. São Paulo: Cortez, 1984.

Prefeitura Municipal de João Pessoa. Disponível em:<<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/>> Acesso em : 03 de Jun de 2008

SILVA, Iranise Alves. *A Crise da Moradia: a Política Habitacional para as Camadas de Baixa Renda e Capina Grande – PB*. Rio de Janeiro: Agir, João Pessoa: UFPB, 1987.

SOARES, Maria de Lourdes. *Elaboração de Projeto de Pesquisa – UFPB*.

VALLADARES, Lícia do Prado. *Passa-se uma casa: Análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

WEIL, Simone. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. 2ª.ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1996.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (orgs). *Um Século de Favela*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998 p.\_\_\_\_.

WIKIPEDIA. O Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Disponível em <<http://www.wikipedia.org/wiki>> Acesso em 15 de nov. de 2008.

## APÊNDICE

### Fotos da Comunidade da Lagoa Antônio Lins

Foto 1 – Esgoto a céu aberto

Foto 2 – Esgoto a céu aberto



Foto 3 – Casebre feito com Madeira e Palha



Foto 4 – Esgoto a céu aberto

